

**Demonstrações
Financeiras**

31 de Dezembro de 2018

Itapebi Geração de Energia S.A.

ITAPEBI GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.**BALANÇOS PATRIMONIAIS**

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	133.067	7.707
Contas a receber de clientes	5	38.676	113.691
Impostos e contribuições a recuperar	6	10.681	3.896
Contas a receber de operações de mútuo	10	111.670	159.697
Outros ativos circulantes		<u>2.923</u>	<u>2.505</u>
Total do circulante		<u>297.017</u>	<u>287.496</u>
Não circulante			
Instrumentos financeiros derivativos	12	32.449	11.167
Impostos e contribuições a recuperar	6	1.106	1.106
Impostos e contribuições sociais diferidos	7	12.980	4.483
Depósitos judiciais	15	5.430	4.945
Contas a receber de operações de mútuo	10	-	141.899
Imobilizado	8	409.880	420.358
Intangível	9	<u>48.277</u>	<u>52.383</u>
Total do não circulante		<u>510.122</u>	<u>636.341</u>
Ativo total		<u>807.139</u>	<u>923.837</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ITAPEBI GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	11	9.578	63.107
Empréstimos e financiamentos	12	1.548	87.892
Debêntures	12	74	157.952
Instrumentos financeiros derivativos	12	645	14.069
Salários e encargos a pagar		4.964	1.235
Encargos setoriais	13	2.697	3.191
Impostos e contribuições a recolher	14	4.394	4.823
Dividendos e juros sobre capital próprio	16	126.130	105.436
Concessão do serviço público (Uso do Bem Público)		2.175	2.135
Outros passivos circulantes		1.005	290
Total do circulante		153.210	440.130
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	12	187.992	161.066
Debêntures	12	99.639	-
Encargos setoriais	13	6.757	5.828
Provisões	15	34.717	15.757
Concessão do serviço público (Uso do Bem Público)		14.167	13.641
Outros passivos não circulantes		293	106
Total do não circulante		343.565	196.398
Patrimônio líquido	16		
Capital social		202.525	202.525
Reservas de capital		55.174	55.174
Reservas de lucros		52.665	29.610
Total do patrimônio líquido		310.364	287.309
Passivo e patrimônio líquido total		807.139	923.837

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ITAPEBI GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto o lucro por ação)

	<u>Notas</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
			(Reclassificado)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	17	320.772	383.233
CUSTO DOS SERVIÇOS		<u>(190.237)</u>	<u>(205.759)</u>
Custo com energia elétrica	18	(139.037)	(150.673)
Custo de operação	19	<u>(51.200)</u>	<u>(55.086)</u>
Lucro bruto		130.535	177.474
Despesas gerais e administrativas	19	<u>(49.769)</u>	<u>(23.667)</u>
Lucro operacional		<u>80.766</u>	<u>153.807</u>
Receitas financeiras	20	182.999	95.643
Despesas financeiras	20	<u>(202.531)</u>	<u>(111.102)</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>61.234</u>	<u>138.348</u>
Imposto de renda e contribuição social		<u>(14.633)</u>	<u>(40.533)</u>
Corrente	7	(23.130)	(39.893)
Diferido	7	8.497	(640)
Lucro líquido do exercício		<u><u>46.600</u></u>	<u><u>97.815</u></u>
Lucro básico e diluído por ação do capital – R\$:			
Ordinária		0,23	0,48

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ITAPEBI GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO ABRANGENTE
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Lucro líquido do exercício	46.600	97.815
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	<u>46.600</u>	<u>97.815</u>
Lucro básico e diluído por ação do capital – R\$:		
Ordinária	0,23	0,48

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ITAPEBI GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais)

	Reservas de capital			Reservas de lucros			Lucros acumulados	Total do Patrimônio Líquido	
	Capital social	Reserva especial do ágio	Reserva de incentivo fiscal	Reserva legal	Reserva de incentivo fiscal	Reserva de retenção de lucros			
Saldo em 31 de dezembro de 2016	38.333	18.182	61.992	7.667	139.192	17.399	91.516	-	374.281
Aumento do capital social	164.192	-	(25.000)	-	(139.192)	-	-	-	-
Aprovação dos dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	-	(91.516)	-	(91.516)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	97.815	97.815
Destinações do lucro:									
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	(20.003)	(20.003)
Dividendos intermediários	-	-	-	-	-	-	-	(73.268)	(73.268)
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	-	4.544	(4.544)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	202.525	18.182	36.992	7.667	-	17.399	4.544	-	287.309
Aprovação dos dividendos propostos	-	-	-	-	-	-	(4.544)	-	(4.544)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	46.600	46.600
Destinações do lucro:									
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	(19.000)	(19.000)
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	-	27.600	(27.600)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2018	202.525	18.182	36.992	7.667	-	17.399	27.600	-	310.364

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ITAPEBI GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

	<u>2018</u>	<u>2017</u> (Reclassificado)
FLUXO DE CAIXA OPERACIONAL		
Lucro líquido do exercício	46.600	97.815
AJUSTES PARA CONCILIAR O LUCRO AO CAIXA ORIUNDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	68.035	85.866
Depreciação e amortização	18.641	17.292
Imposto de renda e contribuição social	14.633	40.533
Encargos de dívidas, atualizações monetárias e cambiais, derivativos e outras receitas financeiras	32.285	34.241
Atualização de títulos e valores mobiliários	-	(5.939)
Atualização da concessão do serviço público (uso do bem público)	566	(28)
Valor residual do ativo intangível/imobilizado baixado	484	167
Reversão (provisão) para contingências cíveis, fiscais e trabalhistas	349	-
Atualização das provisões para contingências	1.077	448
Outras provisões	-	(848)
(Aumento) redução de ativos operacionais		
Contas a receber de clientes e outros	75.015	(104.093)
IR e CSLL a recuperar	(2.093)	(1.221)
Impostos e contribuições a recuperar, exceto IR e CSLL	(6.785)	(199)
Depósitos judiciais	(485)	439
Contas a receber de operações de mútuo	(8.090)	(173.972)
Outros ativos	(286)	(937)
	57.276	(279.983)
Aumento (redução) de passivos operacionais		
Fornecedores	(53.529)	53.812
Salários e encargos a pagar	3.729	(2.018)
Encargos de dívidas pagos	(35.698)	(29.541)
Encargos setoriais	436	1.535
Imposto de renda (IR) e contribuição social sobre lucro líquido (CSLL) pagos	(30.701)	(72.050)
Impostos e contribuições a recolher, exceto IR e CSLL	24.182	(14.155)
Outros passivos	637	(160)
	(90.944)	(62.577)
Caixa consumido nas atividades operacionais	80.967	(158.879)
Atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado	(4.534)	(3.368)
Baixa (aquisição) de intangível	(7)	(1.997)
Resgate (aplicação) de títulos e valores mobiliários	-	71.519
Geração (utilização) de caixa em atividades de investimento	(4.541)	66.154
Atividades de financiamento		
Captação de Empréstimos e financiamentos	-	150.000
Captação de Debêntures	100.000	150.000
Amortização do principal de empréstimos e financiamentos	(98.449)	(77.231)
Amortização do principal de debêntures	(150.501)	(40.000)
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	-	(82.548)
Liquidação de operações de mútuo	197.884	-
Geração de caixa em atividades de financiamento	48.934	100.221
Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa	125.360	7.496
Caixa e equivalentes no início do exercício	7.707	211
Caixa e equivalentes no final do exercício	133.067	7.707
Aumento líquido no caixa e equivalente de caixa	125.360	7.496

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ITAPEBI GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.**DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

	2018	2017 (Reclassificado)
Receitas		
Vendas brutas de energia, serviços e outros	361.290	421.487
Resultado na alienação/desativação de bens e direitos	484	91
	361.774	421.578
Insumos adquiridos de terceiros		
Energia elétrica comprada para revenda	(134.030)	(142.972)
Encargos de uso da rede básica de transmissão	(16.713)	(16.466)
Materiais, serviços de terceiros e outros	(41.016)	(23.507)
	(191.759)	(182.946)
Valor adicionado bruto	170.015	238.632
Depreciação e amortização	(18.641)	(17.292)
Valor adicionado líquido	151.373	221.340
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	184.142	96.950
Valor adicionado total a distribuir	335.515	318.290
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remunerações	15.994	15.529
Encargos sociais (exceto INSS)	1.350	1.200
Benefícios pós emprego e outros benefícios	25	-
Auxílio alimentação	1.122	1.306
Convênio assistencial e outros benefícios	2.314	730
Férias e 13º salário	9.111	1.451
Plano de saúde	1.484	1.234
Indenizações trabalhistas	-	176
Participação nos resultados	4.302	4.750
Administradores	(132)	2.579
Outros	71	2.613
Subtotal	35.641	31.568
Impostos, taxas e contribuições		
INSS	4.061	4.711
PIS/COFINS	23.104	23.909
Imposto de renda e contribuição social	14.633	40.533
Obrigações intra-setoriais	7.335	6.978
Outros	270	345
Subtotal	49.403	76.476
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros e variações monetárias e cambiais	202.531	111.102
Aluguéis	1.340	1.329
Subtotal	203.871	112.431
Remuneração de capitais próprios		
Juros sobre capital próprio	19.000	20.003
Dividendos intercalares	-	73.268
Dividendos adicionais propostos	27.600	4.544
Subtotal	46.600	97.815
Valor adicionado distribuído	335.515	318.290

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ITAPEBI GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A ITAPEBI GERAÇÃO DE ENERGIA S.A. (“ITAPEBI” ou “Companhia”) é uma empresa do Grupo Neoenergia, detentora da concessão federal para construir e explorar a Usina Hidrelétrica de Itapebi, tendo firmado junto à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL o Contrato de Concessão de Uso de Bem Público, em 1999, para exploração da referida área.

Até o período de 2016 a Companhia possuía energia assegurada através do contrato de compra e venda de energia mercantil com a Coelba, Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia, o volume anual de 1.877.268 MW/h ano e até abril de 2017 o volume de 495.380 MW/h. Após o encerramento desse contrato a Companhia firmou compromisso de venda de energia com a NC Energia até dezembro de 2021.

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade às normas internacionais de contabilidade (“IFRS” – *Internacional Financial Reporting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, e as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – (“CPC”) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários – (“CVM”).

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A Administração da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 12 de fevereiro de 2019.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação em ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para moeda funcional, utilizando a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas e despesas financeiras no resultado.

2.3. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando como base o custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requerido nas normas. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota 22 de Instrumentos Financeiros.

ITAPEBI GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas Demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas continuamente. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem:

- (i) O registro de provisão da comercialização de energia no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE – vide nota explicativa nº 17;
- (ii) Definição do valor justo através de técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado, para ativos e passivos financeiros não obtidos em mercados ativos, vide nota explicativa nº 23;
- (iii) Reconhecimento de provisões para riscos fiscais, cíveis, ambientais e trabalhistas, por meio da avaliação da probabilidade de perda que inclui avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos, vide nota explicativa nº 15;
- (iv) Reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados, vide nota explicativa nº 7.

2.5. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis adotadas pela Companhia estão descritas a seguir:

a) Instrumentos financeiros

A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros, no reconhecimento inicial, de acordo com as seguintes categorias:

(i) Ativos financeiros

Os ativos financeiros incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, títulos e valores mobiliários e outros itens financeiros, além de outros créditos realizáveis por caixa.

A Companhia reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a entidade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro, que não possua um componente de financiamento significativo, é inicialmente mensurado pelo valor justo acrescido, para um item que não é a valor justo por meio do resultado (VJR), dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um recebível sem um componente de financiamento significativo é inicialmente mensurado pelo preço da transação.

A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos, ou em que a Companhia não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade e não detém o controle do ativo financeiro.

ITAPEBI GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

Classificação e mensuração subsequente

Política aplicada a partir de 1º de janeiro de 2018

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) ou ao valor justo por meio do resultado (“VJR”) com base tanto:

- (a) no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros;
- (b) nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

A Companhia mensura o ativo financeiro ao custo amortizado quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

A Companhia mensura o ativo financeiro ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

O ativo financeiro deve ser mensurado ao valor justo por meio do resultado, a menos que seja mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Entretanto, no reconhecimento inicial, o Grupo pode irrevogavelmente designar um ativo financeiro que, de outra forma, satisfaz os requisitos para serem mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR, se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma poderia surgir.

Os ativos financeiros não são reclassificados após seu reconhecimento inicial, a menos que a Companhia altere seu modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, caso em que todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do primeiro exercício subsequente à mudança no modelo de negócios.

Avaliação do modelo de negócio: política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018

A Companhia faz uma avaliação do objetivo do modelo de negócios no qual um ativo financeiro é mantido em um nível de portfólio, porque isso reflete melhor a forma como o negócio é gerenciado e as informações são fornecidas à administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos declarados para o portfólio e o funcionamento dessas políticas na prática. Isso inclui se a estratégia da administração se concentra em ganhar receita de juros contratuais, mantendo um perfil de taxa de juros específico, combinando a duração dos ativos financeiros com a duração de quaisquer passivos relacionados ou saídas de caixa esperadas ou realizando fluxos de caixa através da venda dos ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à administração da Companhia; os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e os ativos financeiros mantidos dentro desse modelo de negócios) e como esses riscos são gerenciados;
- como os gestores da empresa são remunerados, como no exemplo: se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos administrados ou nos fluxos de caixa contratuais coletados; e

ITAPEBI GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

- a frequência, o volume e a época das vendas de ativos financeiros em exercícios anteriores, as razões para tais vendas e as expectativas sobre a atividade de vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para não reconhecimento não são consideradas vendas para esse fim, consistentes com o reconhecimento contínuo dos ativos pela Companhia.

Ativos financeiros que são mantidos para negociação ou são gerenciados e cujo desempenho é avaliado com base no valor justo são mensurados pelo VJR.

Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e juros: Política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018

Para os fins desta avaliação, "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial; juros são definidos como a contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor do principal em aberto durante um determinado período de tempo e por outros riscos e custos básicos de empréstimos (exemplo: risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

Ao avaliar se os fluxos de caixa contratuais são apenas pagamentos de principal e juros, a Companhia considera os termos contratuais do instrumento. Isso inclui avaliar se o ativo financeiro contém um termo contratual que pode alterar o prazo ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenda a essa condição.

Mensuração subsequente e ganhos e perdas: Política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018

Ativos financeiros ao VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo valor justo. Os ganhos e perdas líquidos, incluindo juros ou receita de dividendos, são reconhecidos no resultado.
Ativos financeiros ao custo amortizado	Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. O custo amortizado é reduzido por perdas por redução ao valor recuperável. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e a redução ao valor recuperável são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no não reconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida ao VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método do juro efetivo, ganhos e perdas cambiais e a redução do valor recuperável são reconhecidos nos resultados. Outros ganhos e perdas líquidos são reconhecidos em ORA. No não reconhecimento, os ganhos e perdas acumulados em ORA são reclassificados para o resultado.
Instrumentos patrimoniais ao VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo valor justo. Os dividendos são reconhecidos como receita no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros ganhos e perdas líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

O Grupo deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando esses direitos são transferidos em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Grupo nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro

ITAPEBI GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

Política aplicável antes de 1º de janeiro de 2018

A Companhia classificou seus ativos financeiros nas seguintes categorias:

- empréstimos e recebíveis;
- mantidos até o vencimento;
- disponível para venda; e
- ao VJR, e nesta categoria como:
 - mantidos para negociação;
 - instrumentos derivativos de *hedge*; ou
 - designado ao VJR.

Mensuração subsequente e ganhos e perdas: Política aplicável antes de 1º de janeiro de 2018

Ativos financeiros ao VJR	Mensurados ao valor justo e subsequentes alterações, incluindo juros ou receita de dividendos, foram reconhecidos no resultado.
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	Mensurados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros.
Empréstimos e recebíveis	Mensurados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros.
Ativos financeiros disponíveis para venda	Mensurados ao valor justo e subsequentes alterações, exceto perdas por redução ao valor recuperável, receitas de juros e diferenças de moedas estrangeiras sobre instrumentos de dívida, foram reconhecidos em ORA e acumulados na reserva de valor justo. Quando esses ativos foram desreconhecidos, o ganho ou a perda acumulada no patrimônio líquido foi reclassificado para o resultado.

(ii) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJR. Um passivo financeiro é classificado ao VJR se for classificado como mantido para negociação, caso seja um derivativo ou caso seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os passivos financeiros ao VJR são mensurados pelo valor justo e os ganhos e perdas líquidos, incluindo qualquer despesa de juros, são reconhecidos no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Despesas com juros e ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado.

A Companhia deixa de reconhecer um passivo financeiro quando suas obrigações contratuais são baixadas ou canceladas ou expiram.

No não reconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo quaisquer ativos não monetários transferidos ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iii) Compensação de saldos (“offsetting”)

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem um direito legal de compensar os valores e pretende liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

ITAPEBI GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

(iv) Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge (“*hedge accounting*”)

A Companhia faz uso de derivativos com o objetivo de proteção das suas exposições ao risco de moeda estrangeira e taxa de juros, utilizando a contabilização de hedge (*hedge accounting*). A valorização ou a desvalorização do valor justo do instrumento destinado à proteção são registradas em contrapartida da conta de receita ou despesa financeira, no resultado do exercício e/ou em contas específicas no patrimônio líquido.

Política aplicável após de 1º de janeiro de 2018

No início de relacionamentos de *hedge* designados, a Companhia documenta o objetivo e a estratégia de gerenciamento de risco para a realização do *hedge*. A Companhia também documenta a relação econômica entre o item coberto e o instrumento de cobertura, incluindo se as alterações nos fluxos de caixa do item coberto e do instrumento de cobertura devem compensar-se mutuamente.

Hedges de fluxo de caixa

Quando um derivativo é designado como instrumento de *hedge* de fluxo de caixa, a parcela efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida e acumulada em ORA, e são limitadas à mudança cumulativa no valor justo do item protegido por *hedge*, determinado com base no valor presente, desde a designação do *hedge*. Qualquer parcela ineficaz de mudanças no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado.

Se o *hedge* não mais atender aos critérios de contabilidade de *hedge* ou se o instrumento de *hedge* for vendido, rescindido, exercido ou expirar, a contabilidade de *hedge* será descontinuada prospectivamente.

Política aplicável antes de 1º de janeiro de 2018

A política aplicada nas informações comparativas apresentadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 é semelhante à aplicada em 2018. No entanto, para todos os *hedges* de fluxo de caixa, os valores acumulados em ORA foram reclassificados para o resultado no mesmo exercício ou exercícios durante os quais o fluxo de caixa futuro esperado protegido por *hedge* afetou o resultado.

b) Análise do valor de recuperação dos ativos

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos seus ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

c) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos, com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da administração.

ITAPEBI GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

d) Impairment de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente os eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas do ativo que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado e são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo em exercícios anteriores.

A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para o segmento em que opera. O valor justo é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Evidência objetiva de que ativos não financeiros tiveram perda de valor inclui:

- Indicativos observáveis de redução significativas do valor do ativo;
- Mudanças tecnológicas, de mercado, econômico ou legal na qual a entidade opera o ativo;
- Aumento de taxas de juros praticados no mercado de retorno sobre investimentos afetando a taxa de desconto utilizado pela Companhia;
- O valor contábil do patrimônio líquido da entidade é maior do que o valor de suas ações no mercado;
- Evidência disponível de obsolescência ou de dano físico de um ativo;
- Descontinuidade ou reestruturação da operação à qual um ativo pertence;
- Dados observáveis indicando que o desempenho econômico de um ativo é ou será pior que o esperado.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Companhia efetuou análise para alguns de seus ativos os quais apresentaram indicativos de deterioração ou perda ao valor recuperável, não tendo sido constatada necessidade de reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável.

e) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

ITAPEBI GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados sobre as diferenças entre os saldos dos ativos e passivos das Demonstrações Financeiras e as correspondentes bases fiscais utilizadas no cálculo do IRPJ e da CSLL correntes. A probabilidade de recuperação destes saldos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que bases tributáveis futuras estejam disponíveis e permitam a recuperação total ou parcial destes impostos, o saldo do ativo é reduzido ao montante que se espera recuperar.

f) Provisões

As provisões são reconhecidas em função de um evento passado quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for provável a exigência de um recurso econômico para liquidar esta obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo.

g) Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa (“PPECLD”)

A PPECLD é reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir as perdas na realização de contas a receber de consumidores e de títulos a receber, cuja recuperação é considerada improvável.

A Companhia possui políticas para cálculo da provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa cuja metodologia tem como premissa de provisionamento o histórico do comportamento de pagamento dos clientes, baseado na experiência histórica das perdas efetivas.

As baixas de títulos a receber para perdas são efetuadas após esgotadas todas as ações de cobrança administrativa e obedecem aos prazos e valores definidos pela legislação fiscal em vigor.

A Companhia aplicou inicialmente o CPC 48 / IFRS 9 a partir de 1º de janeiro de 2018. Informações adicionais sobre as políticas contábeis da Companhia relacionadas a provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa e o efeito da aplicação inicial do CPC 48 / IFRS 9 estão descritos na Nota 2.6. As informações sobre a exposição da Companhia a riscos de crédito e de mercado estão incluídas na Nota 22.

h) Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia, podendo ser confiavelmente mensurados. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber líquidas de quaisquer contraprestações variáveis, tais como descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares.

A receita operacional é composta pela receita de fornecimento de energia elétrica (faturada ou não faturada). A receita não faturada corresponde à energia elétrica entregue e não faturada ao consumidor, e é calculada em base estimada, até a data do balanço.

ITAPEBI GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativa da Administração.

A Companhia aplicou inicialmente o CPC 47 / IFRS 15 a partir de 1º de janeiro de 2018. Informações adicionais sobre as políticas contábeis da Companhia relacionadas a contratos com clientes e o efeito da aplicação inicial do CPC 47 / IFRS 15 estão descritos na Nota 2.6.

i) Receitas e despesas financeiras

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.

A Companhia classifica juros recebidos como fluxos de caixa das atividades de investimento.

j) Demonstrações do valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BR GAAP aplicável às companhias abertas, enquanto para as IFRS representam informação financeira suplementar.

k) Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

2.6. Principais mudanças nas políticas contábeis

I – Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contratos com Clientes (IFRS 15 – Revenue from Contracts with Customers)

A Companhia adotou o CPC 47/IFRS 15 usando o método de efeito cumulativo, com aplicação inicial a partir de 1º de janeiro de 2018.

Esta norma requer que a Companhia deve reconhecer receitas para descrever a transferência de bens ou serviços prometidos a clientes no valor que reflita a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca desses bens ou serviços. Portanto, a receita deve ser reconhecida de forma líquida de contraprestação variável. Eventuais descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares são classificados pela norma como contraprestação variável.

A adoção da norma não gerou impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

II – Pronunciamento Técnico CPC 48 – Instrumentos Financeiros (IFRS 9 – Financial Instruments)

A Companhia adotou o CPC 48/IFRS 9 com aplicação inicial a partir de 1º de janeiro de 2018, aproveitando a isenção que lhe permite não representar informações comparativas de períodos

ITAPEBI GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo perdas de crédito esperadas. Eventuais diferenças nos saldos contábeis de ativos e passivos financeiros resultantes da adoção inicial do CPC 48/IFRS 9 seriam reconhecidas nos lucros acumulados, quando aplicável.

- Classificação e Mensuração – Ativos e passivos financeiros

O CPC 48/IFRS 9 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: (i) mensurados ao custo amortizado, (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), e (iii) mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR). A norma elimina as categorias existentes no CPC 38/IAS 39. Os novos requerimentos de classificação não produziram impactos na mensuração dos ativos e passivos financeiros da Companhia, conforme demonstrado abaixo, não havendo assim impacto significativo nas informações contábeis da Companhia.

R\$ mil	Classificação CPC 38/IAS 39	Classificação CPC 48/IFRS 9	Saldo em 01/01/2018
Ativos financeiros (Circulante/Não circulante)			
Caixa e equivalentes de caixa:			
Caixa e depósitos bancários à vista	VJR	VJR	2.124
Fundos de Investimentos	VJR	VJR	5.583
Contas a receber de clientes e outros	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	113.691
Swap de taxa de juros	VJR	VJR	11.167
Total de ativos financeiros			132.565
Passivos financeiros (Circulante/Não circulante)			
Fornecedores	Custo amortizado	Custo amortizado	63.107
Debêntures	Custo amortizado	Custo amortizado	157.952
Concessão do Serviço Público (Uso do Bem Público)	Custo amortizado	Custo amortizado	15.776
Empréstimos e financiamentos	VJR	VJR	248.958
Swap de taxa de juros	VJR	VJR	14.069
Total de passivos financeiros			499.862

- Redução ao valor recuperável (*impairment*) - Ativos financeiros e ativos contratuais

O CPC 48/IFRS 9 substitui o modelo de "perdas incorridas" do CPC 38/IAS 39 por um modelo prospectivo de "perdas de crédito esperadas". O novo modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. As provisões para perdas esperadas foram mensuradas com base nas perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro.

As perdas estimadas foram calculadas com base na experiência real de perda de crédito nos últimos anos. A Companhia realizou o cálculo das taxas de perda. Além disso, quando aplicável, foram consideradas as mudanças no risco de crédito seguindo avaliações de crédito externas publicadas.

ITAPEBI GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

III – Outras alterações:

As seguintes normas e interpretações alteradas não produziram impactos significativos nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Alterações ao CPC 10 (IFRS 2) Pagamento baseado em ações em relação à classificação e mensuração de determinadas transações com pagamento baseado em ações.
- Alterações ao IFRS 4 (*Insurance Contracts*) para adequação à aplicação da IFRS 9 (*Financial Instruments*).
- Transferências de Propriedade de Investimento (Alterações ao CPC 28 / IAS 40).
- Ciclo de melhorias anuais para as IFRS 2014-2016 - Alterações à IFRS 1 e à IAS 28.
- Alterações ao CPC 36 Demonstrações Consolidadas (IFRS 10) e ao CPC 18 Investimento em Coligada (IAS 28) em relação a vendas ou contribuições de ativos entre um investidor e sua coligada ou seu empreendimento controlado em conjunto.
- ICPC 21 / IFRIC 22 Transações em moeda estrangeira e adiantamento

2.7. Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras e não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

(i) IFRS 16 *Leases* / CPC 06 *Operações de Arrendamento Mercantil*

O CPC 06 passou pela segunda revisão, na qual foram efetuadas as modificações trazidas pela IFRS 16, que substituiu o IAS 17.

A norma é efetiva para exercícios anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs e apenas para entidades que aplicam a IFRS 15 Receita de Contratos com Clientes ou antes da data de aplicação inicial da IFRS 16.

A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A Companhia apurou o impacto em suas demonstrações financeiras, tendo considerado no impacto da aplicação da IFRS 16 nas demonstrações financeiras no período de aplicação inicial as condições econômicas em 1º de janeiro de 2019, incluindo a taxa de endividamento da Companhia, a composição da carteira de arrendamento e a intenção da Companhia em exercer quaisquer opções de renovação de arrendamento. A Companhia optou por usar o expediente prático de transição previsto pela IFRS 16, o que representará a aplicação retrospectiva modificada com expedientes práticos opcionais dos ajustes promovidos pela referida norma, que representa a não rerepresentação dos saldos nas futuras demonstrações financeiras a publicar, evidenciando em nota explicativa os impactos da adoção sobre os saldos na data-base 1º de janeiro de 2019. Em conformidade com as IFRS 16, a Companhia optou também por adotar isenções de reconhecimento para arrendamentos de curto prazo sem opção de compra e renovações previstas, assim como para itens de baixo valor.

ITAPEBI GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

Adicionalmente, a IFRS 16 substitui a despesa linear de arrendamento operacional pelo custo de depreciação de ativos objetos de direito de uso desses contratos e pela despesa de juros sobre as obrigações de arrendamento às taxas efetivas de captação vigentes à época da contratação dessas transações.

A Companhia espera que a adoção da IFRS 16 não afete sua capacidade de cumprir com os acordos contratuais (*covenants*), cujos limites máximos de alavancagem em empréstimos se encontram descritos na nota explicativa 12.

A Companhia apurou os valores para a aplicação dos requerimentos IFRS 16/CPC 06 em 1º de janeiro de 2019, resultando nos impactos como segue:

Em R\$ mil	Saldos em 1 de janeiro de 2019	
	Ativo	Passivo
Ativos de direito de uso	17	-
Obrigações por arrendamentos mercantis operacionais	-	17

(ii) ICPC 22/IFRIC 23 – Incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro

Esta Interpretação esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 quando há incerteza sobre os tratamentos de tributo sobre o lucro. Nessa circunstância, a entidade deverá reconhecer e mensurar seu tributo corrente ou diferido ativo ou passivo, aplicando os requisitos do CPC 32 com base em lucro tributável (prejuízo fiscal), bases fiscais, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais determinados, aplicando esta Interpretação.

A Companhia está avaliando os impactos da adoção da norma.

(iii) Outras alterações

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

Pronunciamento Técnico / Interpretação	Propósito das Alterações	Vigência a partir de
Ciclo de melhorias anuais para as IFRS 2015-2017 - Alterações à diversos pronunciamentos contábeis.	<ul style="list-style-type: none">• Alterações em função da edição do CPC 06 (R2);• Alterações em participações de longo prazo em coligada, em controlada e em empreendimento controlado em conjunto;• Modificações no CPC 33 (R1) em decorrência de alteração, redução ou liquidação do plano;• Transição para recursos de pagamento antecipado com compensação negativa;• Alterações anuais procedidas pelo IASB do Ciclo de Melhorias 2015 – 2017;• Alterações anuais feitas pelo CPC para compatibilizar plenamente pronunciamentos anteriormente emitidos às IFRS.	1º de janeiro de 2019

ITAPEBI GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

Pronunciamento Técnico / Interpretação	Propósito das Alterações	Vigência a partir de
CPC 42 – Contabilidade em Economia Hiperinflacionária (IAS 29 - <i>Financial Reporting in Hyperinflationary Economies</i>) e ICPC 23 – Aplicação da Abordagem de Atualização Monetária prevista no CPC (IFRIC 7 - <i>Applying the Restatement Approach under IAS 29 Financial Reporting in Hyperinflationary Economies</i>)	O Comitê de Pronunciamentos Contábeis deliberou oferecer à audiência pública o pronunciamento sobre economia hiperinflacionária e a correspondente interpretação técnica considerando que, apesar da sua inaplicabilidade na situação brasileira atual (tendo em vista que os níveis inflacionários no Brasil estão abaixo dos limites convencionados internacionalmente como hiperinflação), esses normativos contábeis são requeridos nas situações de investidas em países com hiperinflação para que as demonstrações contábeis elaboradas pelas empresas brasileiras estejam completamente convergentes às normas internacionais de contabilidade.	Sem previsão informada pelo CPC
IFRS 9 – <i>Financial Instruments</i>	Alterações ao pronunciamento técnico para inclusão de dispositivos sobre recursos de pré-pagamento com compensação negativa.	1º de janeiro de 2019
IAS 28 – <i>Investments in Associates and Joint Ventures</i>	Alterações ao pronunciamento técnico para inclusão de dispositivos sobre participações de longo prazo em coligadas e joint ventures.	1º de janeiro de 2019
IAS 19 – <i>Employee Benefits</i>	Alterações ao pronunciamento técnico para inclusão de dispositivos sobre alteração do Plano, contingenciamentos/reduções ou liquidação.	1º de janeiro de 2019
<i>Conceptual Framework in IFRS Standards</i>	Aditivos para correção de referências do <i>Conceptual Framework in IFRS Standards</i> .	1º de janeiro de 2020

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

3. RECLASSIFICAÇÃO DE SALDOS COMPARATIVOS

A Administração da Companhia, após reavaliação de determinados temas e objetivando a melhor apresentação da sua posição patrimonial e do seu desempenho operacional e financeiro, com base nas orientações emanadas pelo “CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro”, procedeu as reclassificações, de forma retrospectiva, em suas demonstrações do resultado, e dos fluxos de caixa e do valor adicionado, originalmente publicadas em 19 de fevereiro de 2018.

As mudanças efetuadas não alteram o total do patrimônio líquido e o lucro líquido do exercício.

Em consonância com o CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Correção de erros, os ajustes efetuados foram classificados na seguinte categoria:

- Mudança nas políticas contábeis

3.1. Demonstração do resultado findo em 31 de dezembro de 2017

	(Apresentado)	Reclassificações	(Reclassificado)
Receita Líquida	(a) 386.301	(3.068)	383.233
Custo dos Serviços	(a) (208.827)	3.068	(205.759)
Despesas gerais e administrativas	(23.667)	-	(23.667)
Receitas Financeiras	95.643	-	95.643
Despesas Financeiras	(111.102)	-	(111.102)
Impostos	(40.533)	-	(40.533)
Lucro líquido do exercício	97.815	-	97.815

ITAPEBI GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

- (a) Reclassificação das Taxa de fiscalização do serviço energia elétrica (TFSEE) e Compensação Financeira dos Recursos Hídricos (CFURH) do custo do serviço para deduções da receita nos montantes de R\$ 1.166 e R\$ 1.903, respectivamente. Esse ajuste é classificado como mudança de políticas contábeis.

3.2. Demonstração do fluxo de caixa em 31 de dezembro de 2017

Demonstração do fluxo de caixa	Ref.	2017 (Apresentado)	Reclassificações	2017 (Reclassificado)
Lucro do exercício antes dos impostos	(a)	138.348	(138.348)	-
Lucro líquido do exercício	(a)	-	97.815	97.815
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais	(a)	45.333	40.533	85.866
Redução (aumento) dos ativos operacionais		(279.983)	-	(279.983)
Aumento (redução) dos passivos operacionais		(62.577)	-	(62.577)
Caixa oriundo das atividades operacionais		(158.879)	-	(158.879)
Fluxo de caixa das atividades de investimento		66.154	-	66.154
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		100.221	-	100.221
Aumento no caixa e equivalentes de caixa		7.496	-	7.496

- (a) Reclassificação dos saldos do lucro do exercício antes dos impostos para lucro líquido do exercício, gerando impactos nos grupos de ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais e aumento (redução) dos passivos operacionais. Esse ajuste é classificado como mudança de políticas contábeis.

3.3 Demonstração do valor adicionado em 31 de dezembro de 2017

Demonstração do valor adicionado	Ref.	2017 (Apresentado)	Reclassificações	2017 (Reclassificado)
Receitas		421.578	-	421.578
Insumos adquiridos de terceiros	(a)	(174.180)	(8.766)	(182.946)
Depreciação e amortização		(17.292)	-	(17.292)
Valor adicionado recebido em transferência	(a)	95.643	1.307	96.950
Valor adicionado total a distribuir		325.749	7.458	318.290
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal		31.569	-	31.569
Impostos, taxas e contribuições	(a)	83.934	(7.458)	76.476
Remuneração de capitais de terceiros		112.431	-	112.431
Remuneração de capitais próprios		97.815	-	97.815
Valor adicionado distribuído		325.749	-	318.290

- (a) Reclassificação dos créditos de PIS/COFINS sobre compra de energia elétrica e receita financeira, para o grupo de impostos, taxas e contribuições a fim de melhor classificação contábil. Esse ajuste é classificado como mudança de políticas contábeis.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2018	2017
Caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e depósitos bancários à vista	185	2.124
Fundos de investimento exclusivos	132.882	5.583
Total de caixa e equivalentes de caixa	133.067	7.707

Em 31 de dezembro de 2018, caixa e equivalentes de caixa é composto por caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo. São operações de alta liquidez, sem restrição de uso, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

ITAPEBI GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

A carteira de aplicações financeiras, em 31 de dezembro de 2018 e 2017 é constituída, principalmente, por fundos de investimentos exclusivos do Grupo Neoenergia, compostos por diversos ativos, visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, conforme abaixo:

<u>Carteira (Caixa e equivalentes de caixa)</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
BB Polo 28 FI Renda Fixa		
BB TOP Curto Prazo		
Compromissadas com lastro de títulos públicos	69.468	5.239
Títulos públicos	2.896	162
Compromissadas com Lastro de Títulos Públicos	<u>72</u>	<u>5</u>
	72.436	5.406
Bradesco FI RF Referenciado DI Recife		
Compromissadas com Lastro de Títulos Públicos	1.464	177
	1.464	177
Itaú Salvador Renda Fixa FICFI		
Itaú Curto Prazo		
Compromissadas com lastro de títulos públicos	2.121	-
Compromissadas com Lastro de Títulos Públicos	5.236	-
Outros	<u>-</u>	<u>-</u>
	7.357	-
Santander FIC FI Natal Renda Fixa Referenciado DI		
Compromissadas com Lastro de Títulos Públicos	51.643	-
Outros	<u>(18)</u>	<u>-</u>
	51.625	-
Total CEC - Fundos Exclusivos	<u>132.882</u>	<u>5.583</u>

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	<u>Ref.</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Partes relacionadas (nota 21)	(a)	37.938	113.691
Comercialização de energia na CCEE		<u>738</u>	<u>-</u>
Total		<u>38.676</u>	<u>113.691</u>

(a) Referem-se substancialmente ao registro de contratos de venda de energia com a NC Energia.

6. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

	<u>Ref.</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Imposto de Renda - IR	(a)	7.642	2.499
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido- CSLL	(a)	2.075	833
Programa de integração social e contribuição para financiamento da seguridade social – PIS/COFINS		1.673	1.256
Outros		<u>397</u>	<u>414</u>
Total		<u>11.787</u>	<u>5.002</u>
Circulante		10.681	3.896
Não circulante		1.106	1.106

(a) IR e CSLL antecipados correspondem aos montantes recolhidos quando das apurações tributárias mensais, além das antecipações de aplicações financeiras, retenção de órgãos públicos e retenção na fonte referente a serviços prestados.

ITAPEBI GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

7. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS CORRENTES E DIFERIDOS

A composição dos tributos e contribuições diferidos é a seguinte:

	2018	2017
Imposto de renda e contribuição social	11.179	2.340
Diferido ativo	17.652	9.254
Diferido passivo	(6.473)	(6.914)
Benefício fiscal do ágio e reversão da PMIPL(*)	1.801	2.143
Total	12.980	4.483

(*) O benefício fiscal da mais-valia incorporada refere-se ao crédito fiscal calculado sobre a mais-valia de aquisição incorporada. Com o objetivo de evitar que a amortização da mais-valia afete de forma negativa o fluxo de dividendos aos acionistas, foi constituída uma provisão para manutenção da integridade do patrimônio líquido de sua incorporadora (PMIPL).

(I) Imposto de renda e contribuição social diferido

A Companhia registra os tributos e contribuições sociais diferidos sobre as diferenças temporárias, cujos efeitos financeiros ocorrerão no momento da realização dos valores que deram origem as bases de cálculos. O IR é calculado à alíquota de 15%, considerando o adicional de 10%, e a CSLL está constituída a alíquota de 9%.

	Ativo				Passivo			
	2018		2017		2018		2017	
	Base de cálculo	Tributo diferido						
Imposto de Renda								
Diferenças temporárias	51.920	12.980	27.217	6.804	(19.039)	(4.760)	(20.336)	(5.084)
	51.920	12.980	27.217	6.804	(19.039)	(4.760)	(20.336)	(5.084)
Contribuição Social								
Diferenças temporárias	51.920	4.672	27.217	2.450	(19.039)	(1.714)	(20.336)	(1.830)
	51.920	4.672	27.217	2.450	(19.039)	(1.714)	(20.336)	(1.830)
Total		17.652		9.254		(6.474)		(6.914)

As bases de cálculo das diferenças temporárias são compostas como segue:

Ativo	2018		2017	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Provisão para contingências	6.801	6.801	5.901	5.901
Provisão PLR	4.413	4.413	3.683	3.683
Depreciação indedutível	6.422	6.422	6.232	6.232
Uso do bem público	9.076	9.076	9.670	9.670
Outros	25.208	25.208	1.731	1.731
Total ativo	51.920	51.920	27.217	27.217
Passivo (-)				
Ajuste da quota anual de amortização	(19.039)	(19.039)	(20.336)	(20.336)
Total do passivo	(19.039)	(19.039)	(20.336)	(20.336)
Total líquido	32.881	32.881	6.881	6.881

ITAPEBI GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

A seguir é apresentada reconciliação da (receita) despesa dos tributos sobre a renda divulgados e os montantes calculados pela aplicação das alíquotas oficiais em 31 de dezembro de 2018 e de 2017:

	2018		2017	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Lucro contábil antes do imposto de renda e contribuição social	61.234	61.234	138.348	138.348
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	61.234	61.234	138.348	138.348
Alíquota do imposto de renda e contribuição social	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	15.309	5.511	34.587	12.451
Efeito das (adições) exclusões no cálculo do tributo	(4.616)	(1.571)	(4.847)	(1.658)
Diferenças permanentes	(4.372)	(1.574)	(4.635)	(1.669)
Incentivos fiscais e outros	(244)	3	(212)	11
Imposto de renda e contribuição social do exercício	10.693	3.940	29.740	10.793
Corrente	16.941	6.189	29.269	10.624
Recolhidos e Pagos	19.158	8.264	26.024	10.001
A pagar	-	-	1.930	623
Compensados e deduzidos	5.422	-	1.315	-
Impostos antecipados a recuperar	(7.639)	(2.075)	-	-
Diferido	(6.248)	(2.249)	471	169
	10.693	3.940	29.740	10.793
Alíquota efetiva	17%	6%	24,8%	9%

Segue abaixo quadro de conciliação para o resultado:

	2018	2017
Corrente	(23.130)	(39.893)
Diferido	8.839	(117)
Amortização do ágio e reversão da PMIPL	(342)	(523)
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(14.633)	(40.533)

8. IMOBILIZADO

	2018			2017	
	Taxas anuais médias ponderadas de depreciação (%)	Custo	Depreciação acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Em serviço					
Terrenos	-	10.433	-	10.433	10.433
Reservatórios, barragens e adutoras	3,07%	429.820	(143.619)	286.201	295.157
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,39%	72.940	(25.065)	47.875	49.429
Máquinas e equipamentos	7,51%	108.902	(53.979)	54.923	57.664
Veículos	14,29%	1.259	(704)	555	953
Móveis e utensílios	6,25%	433	(261)	172	408
		623.787	(223.628)	400.159	414.044
Em curso					
Terrenos		40	-	40	40
Edificações, obras civis e benfeitorias		334	-	334	334
Máquinas e equipamentos		5.742	-	5.742	4.386
Veículos		3.342	-	3.342	1.292
Móveis e utensílios		97	-	97	96
Outros		166	-	166	166
		9.721	-	9.721	6.314
Total		633.508	(223.628)	409.880	420.358

ITAPEBI GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada, calculada pela taxa de depreciação conforme resolução normativa 674 ANEEL.

A movimentação do imobilizado é como segue:

Ref.	Em serviço		Em curso		Total
	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo	
Saldos em 01 de janeiro de 2017	626.573	(197.864)	428.709	2.946	431.655
Adições	-	-	-	3.368	3.368
Baixas	(741)	574	(167)	-	(167)
Depreciação	-	(14.440)	(14.440)	-	(14.440)
Transferências (a)	(58)	-	(58)	-	(58)
Saldos em 01 de janeiro de 2018	625.774	(211.730)	414.044	6.314	420.358
Adições	-	-	-	4.534	4.534
Baixas	(3.047)	2.564	(484)	-	(484)
Depreciação	-	(14.461)	(14.461)	-	(14.461)
Transferências (a)	1.060	-	1.060	(1.127)	(67)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	623.787	(223.627)	400.159	9.721	409.880

(a) Durante o processo de unitização dos ativos, foi identificada a necessidade de transferência de classe de alguns itens do imobilizado para intangível. Vide nota 9.

9. INTANGÍVEL

Por natureza, o ativo intangível está constituído da seguinte forma:

	2018			2017	
	Taxas anuais médias ponderadas de amortização (%)	Custo	Amortização acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Em serviço					
Direito de uso da concessão	3,00%	2.626	(1.484)	1.142	1.600
Direito de uso da concessão – repactuação GSF	5,08%	49.300	(7.517)	41.783	44.286
Direito de uso de software	20,00%	7.307	(2.717)	4.590	46
		59.233	(11.718)	47.515	45.932
Em curso					
Direito de uso de software		762	-	762	6.451
Total		59.995	(11.718)	48.277	52.383

ITAPEBI GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

A movimentação do intangível é como segue:

Ref.	Em serviço			Em curso	
	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2017	53.470	(4.686)	48.784	4.396	53.180
Adições	-	-	-	1.997	1.997
Amortizações	-	(2.852)	(2.852)	-	(2.852)
Transferências	(a)	-	-	58	58
Saldos em 01 de janeiro de 2018	53.470	(7.538)	45.932	6.451	52.383
Adições	-	-	-	7	7
Amortizações	-	(4.180)	(4.180)	-	(4.180)
Transferências	(a)	-	5.763	(5.696)	67
Saldos em 31 de dezembro de 2018	59.233	(11.718)	47.515	762	48.277

(a) Durante o processo de unitização dos ativos, foi identificada a necessidade de transferência de classe de alguns itens do imobilizado para intangível. Vide nota 8.

10. CONTAS A RECEBER DE OPERAÇÕES DE MÚTUO

A composição do saldo refere-se basicamente ao contrato de mútuo que a Companhia firmou entre partes relacionadas, com a Neoenergia S.A e com a Geração Céu Azul.

Em maio de 2018 ocorreu a liquidação antecipada do mútuo com a Neoenergia.

Com a Geração Céu Azul são dois contratos de mútuo, remunerados pela taxa de juros de 107% do CDI e com prazo de 120 dias. Posteriormente, as partes aditaram o contrato postergando o prazo de liquidação em até 08 de maio de 2019.

Em dezembro de 2018 ocorreu a liquidação parcial do mútuo com a Céu azul.

A movimentação das operações é como segue:

Partes Relacionadas	Saldos em 01/01/2018	Atualização	Encargos	Liquidação	Saldos em 31/12/2018
Neoenergia	141.899	-	3.076	(144.975)	-
Céu Azul	159.697	819	4.063	(52.909)	111.670
Total	301.596	819	7.139	(197.884)	111.670
Circulante	159.697	819	4.063	52.909	111.670
Não Circulante	141.899	-	3.076	144.975	-

ITAPEBI GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

11. FORNECEDORES

<u>Fornecedores</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Energia elétrica	1.936	56.848
Terceiros	738	3.046
Partes relacionadas (nota 21)	1.198	53.802
Encargos de uso da rede	1.752	1.699
Terceiros	1.748	1.696
Partes relacionadas (nota 21)	4	3
Materiais e serviços	5.890	4.560
Terceiros	5.782	3.814
Partes relacionadas (nota 21)	108	746
Total	9.578	63.107

12. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS, DEBÊNTURES E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

<u>Empréstimos e Financiamentos</u>	<u>2018</u>			<u>2017</u>		
	<u>Dívida</u>	<u>Instrumentos Financeiros Derivativos</u>	<u>Total</u>	<u>Dívida</u>	<u>Instrumentos Financeiros Derivativos</u>	<u>Total</u>
Moeda estrangeira						
Itaú	189.540	(31.804)	157.736	162.393	(9.896)	152.497
Mizuho	-	-	-	86.565	12.798	99.363
Total Moeda Estrangeira	189.540	(31.804)	157.736	248.958	2.902	251.860
Moeda Estrangeira - Circulante	1.548	645	2.193	87.892	14.069	101.961
Moeda Estrangeira - Não Circulante	187.992	(32.449)	155.543	161.066	(11.167)	149.899
Debêntures						
Itapebi	100.085	-	100.085	158.316	-	158.316
(-) Custos de transação	(372)	-	(372)	(364)	-	(364)
Total Debêntures	99.713	-	99.713	157.952	-	157.952
Debêntures - Circulante	74	-	74	157.952	-	157.952
Debêntures - Não Circulante	99.639	-	99.639	-	-	-
Endividamento Total	289.253	(31.804)	257.449	406.910	2.902	409.812
Endividamento Total - Circulante	1.622	645	2.267	245.844	14.069	259.913
Endividamento Total - Não Circulante	287.631	(32.449)	255.182	161.066	(11.167)	149.899

ITAPEBI GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

As condições contratuais dos empréstimos e financiamentos e debêntures estão evidenciadas abaixo:

Credor	Moeda	Objetivo	Encargos financeiros anuais	Vencimento	Garantias	Valor de principal	Saldo em 31/12/2018
Itaú	Dólar	Capital de Giro / NDFs	3,6380% a 4,6495%	2019 a 2021	Aval da Neoenergia / Nota Promissória / Cessão Fiduciária de Swap	150.000	157.655
Mizuho	Dólar	Capital de Giro	Libor + 1,4000%	2020	Aval da Neoenergia	98.449	80
Debenturistas	Real	Capital de Giro / Investimentos / Reestruturação da Dívida	109,00% a 124,40% do CDI / CDI + 0,9500% / IPCA + 4,6410% a IPCA + 8,7345%	2019 a 2029	Aval da Neoenergia / Clean	100.000	99.717
						348.449	257.452

12.1 Empréstimos e financiamentos

A mutação dos empréstimos, financiamentos e dos seus instrumentos financeiros derivativos é a seguinte:

	Moeda estrangeira		
	Circulante	Não Circulante	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2017	83.419	97.853	181.272
Ingressos	-	150.000	150.000
Encargos	6.516	-	6.516
Variação monetária e cambial	(1.031)	8.467	7.436
Derivativos	16.987	(8.585)	8.402
Efeito cumulativo marcação a mercado	(4)	(187)	(191)
Transferências	98.279	(98.279)	-
Amortizações e pagamentos de juros	(102.932)	-	(102.932)
(-) Custos de transação	727	630	1.357
Saldos em 01 de janeiro de 2018	101.961	149.899	251.860
Encargos	8.261	-	8.261
Variação monetária e cambial	11.264	27.205	38.469
Derivativos	(4.334)	(27.205)	(31.539)
Efeito cumulativo marcação a mercado	(32)	5.620	5.588
Transferências	(24)	24	-
Amortização de principal	(98.449)	-	(98.449)
Amortização de juros	(16.454)	-	(16.454)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	2.193	155.543	157.736

Os vencimentos das parcelas a longo prazo são os seguintes:

	2018	
	Dívida	Total líquido
2020	150.016	150.016
2021	-	-
Total obrigações	150.016	150.016
Marcação a mercado		5.527
Total		155.543

ITAPEBI GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

Condições restritivas financeiras (covenants)

Os contratos mantidos com diversos credores contêm cláusulas restritivas que requerem a manutenção de determinados índices financeiros apurados com base nas demonstrações financeiras da controladora Neoenergia S.A. com parâmetros pré-estabelecidos listados abaixo.

- Endividamento líquido dividido pelo EBITDA, menor ou igual 4;
- EBITDA dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 1,5.

12.2 Debêntures

A mutação das debêntures é a seguinte:

	Circulante	Não circulante	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2017	41.071	-	41.071
Ingressos	150.000	-	150.000
Encargos	9.977	-	9.977
Amortizações e pagamentos de juros	(43.840)	-	(43.840)
(-) Custos de transação	744	-	744
Saldos em 01 de janeiro de 2018	157.952	-	157.952
Ingressos	-	100.000	100.000
Encargos	11.013	-	11.013
Transferências	63	(63)	-
Amortizações	(150.130)	(371)	(150.501)
Pagamentos de juros	(19.244)	-	(19.244)
(-) Custos de transação	420	73	493
Saldos em 31 de dezembro de 2018	74	99.639	99.713

A seguir apresentamos as emissões de debêntures do período:

Empresa	Vencimento	Encargos Financeiros Anuais - %	Valor Captado
Itapebi	26/12/2020	115% CDI	100.000
			100.000

Os vencimentos das parcelas a longo prazo são os seguintes:

	2018		
	Debêntures	Custos de Transação	Total Líquido
2020	100.000	-	100.000
2021	-	(361)	(361)
Total	100.000	(361)	99.639

Condições restritivas financeiras (covenants)

A escritura emissão de debêntures prevêem a manutenção de índices de endividamento e cobertura de juros apurados com base nas demonstrações financeiras intermediárias da controladora Neoenergia S.A. listados abaixo.

- Endividamento líquido dividido pelo EBITDA, menor ou igual 4;
- EBITDA dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 1,5 ou 2.

ITAPEBI GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

13. ENCARGOS SETORIAIS

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	246	421
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	7.926	7.750
Outras	1.282	848
Total	<u>9.454</u>	<u>9.019</u>
Circulante	2.697	3.191
Não circulante	6.757	5.828

14. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Imposto de renda – IR	-	1.930
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	-	623
Outros	4.394	2.270
Total	<u>4.394</u>	<u>4.823</u>

15. PROVISÕES E DEPÓSITOS JUDICIAIS

A Companhia é parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Na constituição das provisões a Companhia considera a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais sempre que a perda for avaliada como provável.

A Administração da Companhia consubstanciada na opinião de seus consultores legais quanto à possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, entende que as provisões constituídas registradas no balanço são suficientes para cobrir prováveis perdas com tais causas.

O passivo em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não caibam mais recursos, ou a sua prescrição.

As provisões constituídas estão compostas como segue:

	<u>Contingências</u>		<u>Provisões</u>	
	<u>Trabalhistas</u>	<u>Cíveis</u>	<u>Ambientais</u>	<u>Total</u>
Saldos em 01 de janeiro de 2017	4.338	1.680	10.139	16.157
Adição	460	-	-	460
Baixa/Reversão	(57)	(958)	-	(1.015)
Pagamentos/Indenizações	-	-	(293)	(293)
Atualização	422	16	10	448
Saldos em 01 de janeiro de 2018	5.163	738	9.856	15.757
Constituição	358	-	17.795	18.153
Baixa/Reversão	(6)	-	-	(6)
Pagamentos/Indenizações	-	-	(264)	(264)
Atualização	460	85	532	1.077
Saldos em 31 de dezembro de 2018	<u>5.975</u>	<u>823</u>	<u>27.919</u>	<u>34.717</u>

ITAPEBI GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

a) Provisões para processos judiciais

Trabalhistas

Referem-se a ações movidas por empregados e ex-empregados, envolvendo a cobrança de horas-extras, adicional de periculosidade, equiparação/reenquadramento salarial, discussão sobre plano de cargos e salários entre outras, e também, ações movidas por ex-empregados de seus empreiteiros (responsabilidade subsidiária e/ou solidária) envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outras. Além dos valores provisionados, a Companhia possui um total estimado de R\$ 3.523 em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 4.304 em 31 de dezembro de 2017) em processos trabalhistas com expectativa de perda possível.

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação da Taxa Referencial (TR), índice de atualização de processos trabalhistas divulgado pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho, acrescidos de juros de 1% a.m.

Cíveis

Referem-se a ações de natureza comercial e indenizatória, movidas por pessoas físicas e jurídicas, envolvendo repetição de indébito, danos materiais, danos morais entre outros. Além dos valores provisionados, a Companhia possui um total estimado de R\$ 106.774 em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 283.904 em 31 de dezembro de 2017) em processos cíveis com expectativa de perda possível, referente a ações indenizatórias movidas por moradores de Salto da Divisa que alegam danos em seus imóveis após implantação da UHE Itapebi.

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação do INPC acrescidos de juros de 1% a.m.

Fiscais

A Companhia possui um total estimado em R\$ 161.981 em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 156.385 em 31 de dezembro de 2017) em ações tributárias de naturezas diversas com expectativa de perda possível. Neste montante destacamos as seguintes ações: (i) auto de infração decorrente da não adição da despesa de ágio contabilizada no período de 2006 a 2010 nas bases de cálculo do IRPJ e CSLL, no valor de R\$ 45.681 (R\$ 43.985 em 31 de dezembro de 2017) (ii) falta de retenção do IRRF incidente sobre o pagamento de juros sobre capital próprio no montante de R\$ 14.575 (R\$14.090 em 31 de dezembro de 2017) e (iii) ação declaratória de não compensação por meio das quais pleiteia compensar débitos de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS com o saldo credor de IRPJ, no valor de R\$ 41.166 (R\$ 40.261 em 31 de dezembro de 2017).

b) Depósitos judiciais

Correlacionados às provisões e passivos contingentes, a Companhia é exigida por lei a realizar depósitos judiciais para garantir potenciais pagamentos de contingência. Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e registrados no ativo não circulante da Companhia até que aconteça a decisão judicial de resgate destes depósitos por uma das partes envolvidas.

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Trabalhistas	3.897	3.316
Cíveis	1.533	1.629
Total	<u>5.430</u>	<u>4.945</u>

ITAPEBI GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

c) Provisões ambientais

As provisões para gastos ambientais referem-se ao acordo firmado em 21 de novembro de 2002 entre a Companhia, o autor da ação popular impetrada em setembro de 2002, e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais – IBAMA, visando definir a compensação adicional de impacto socioambientais decorrentes da implantação do empreendimento da Usina Hidroelétrica Itapebi.

Em 2018, visando cumprir as condicionantes da 1ª Renovação Licença de Operação da Usina Hidroelétrica Itapebi foi constituída nova provisão para gastos ambientais no montante de R\$ 17.792.

d) Resolução CNPE nº 03/2013

As empresas de geração do Grupo Neoenergia, através da Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica – APINE ajuizaram ações judiciais visando a suspensão dos efeitos da Resolução CNPE nº 03/2013, que instituiu, uma nova forma de rateio dos custos de despacho térmico adicional. Estes custos incorporam os chamados Encargos de Serviço do Sistema - ESS.

Em 2013 foram concedidas liminares que impediram o rateio dos custos e em dezembro de 2014 houve sentença favorável, ratificando a liminar obtida, declarando, desta forma, a inexigibilidade do ESS. Baseados nos fatos e argumentos acima, os assessores jurídicos da Companhia classificam o risco de perda como possível, motivo pelo qual não se constitui provisão. O valor da contingência na Companhia é de R\$ 84 em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 638 em 31 de dezembro de 2017).

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social

O capital social subscrito e integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, é de R\$ 202.525, representando ações ordinárias cuja composição é apresentada a seguir:

Acionistas	Lote de mil ações		
	Ações ordinárias		
	Única	%	R\$
Neoenergia S.A.	85.061	42,00%	85.061
Termopernambuco S.A.	117.464	58,00%	117.464
Total	202.525	100,00%	202.525

A Companhia é controlada integralmente pela Neoenergia S.A., que é detentora direta de 42% das ações e indiretamente, através da sua também controlada Termopernambuco S.A., detém 100% das ações da Companhia.

Lucro por ação

O cálculo do lucro básico e diluído por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 foi baseado no lucro líquido do exercício e o número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante os exercícios apresentados, conforme demonstrado a seguir:

	2018	2017
Lucro líquido do exercício	46.600	97.815
Média ponderada de ações em poder dos acionistas	202.525	202.525
Lucro por ação básico e diluído do exercício	0,23	0,48

ITAPEBI GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 a Companhia não possuía instrumentos potenciais dilutivos, portanto o lucro básico e diluído por ação são iguais.

Reservas de lucros

Reserva especial de ágio

Essa reserva representa a formação da reserva especial do ágio como resultado da reestruturação societária da sociedade, que gerou o reconhecimento do crédito fiscal diretamente no patrimônio líquido, vide Nota 7.

Dividendos e juros sobre o capital próprio

Em reuniões do Conselho de Administração foram aprovadas as seguintes declarações de juros sobre capital e dividendos:

Deliberação	Provento	Valor deliberado	Valor por ação (R\$)
			ON
2018			
AGO 16 de fevereiro de 2018	Dividendos	4.544	0,1185375031
RCA 19 de dezembro de 2018	JSCP	19.000	0,0938156070
		<u>23.544</u>	
2017			
RCA 30 de junho de 2017	JSCP	9.619	0,0474965900
RCA 15 de setembro de 2017	JSCP	10.384	0,0512713996
RCA 15 de setembro de 2017	Dividendos	73.268	0,3617710324
		<u>93.271</u>	

De acordo com o previsto no estatuto social da Companhia, o dividendo mínimo obrigatório é de 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação societária.

	2018	2017
<u>Dividendos mínimos</u>		
Lucro líquido do exercício	46.600	97.815
(-) Dividendos intermediários	-	(73.268)
(-) Juros sobre capital próprio	(19.000)	(20.003)
(-) Dividendos adicionais propostos	(27.600)	(4.544)
Base de cálculo do dividendo	-	-
<u>Dividendos mínimos obrigatórios (25%)</u>	-	-
Total Bruto	-	-

17. RECEITA LÍQUIDA

O efeito da aplicação inicial do CPC 47 / IFRS 15 na receita da Companhia de contratos com clientes está descrito na Nota 2.6. A adoção da norma não gerou impacto nas Demonstrações Financeiras da Companhia.

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que esses benefícios econômicos serão gerados para a Companhia, podendo ser confiavelmente mensurados. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, líquidas de quaisquer contraprestações variáveis, tais como descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares.

ITAPEBI GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

A receita operacional é composta pela receita de fornecimento de energia elétrica (faturada ou não faturada) e pela venda de energia na CCEE de acordo com informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativa da Administração, ambas reconhecidas pelo regime de competência.

A Companhia utiliza-se das seguintes premissas para venda de energia na CCEE:

- Prévia da medição da Usina extraída do sistema de coleta de dados de energia da CCEE;
- Prévia da perda interna com base no histórico e perda da rede básica conservadora em 3%;
- Contratos de compra e venda definidos no curto prazo além daqueles vigentes à época;
- Valor do PLD (realizado e previsto) divulgado pela CCEE;
- Prévia do GSF de acordo com as informações disponibilizadas pela ONS (Operador Nacional do Sistema).

A composição da receita líquida da Companhia é conforme quadro abaixo:

	Ref.	2018	2017 (Reclassificado)
Principais receitas			
Fornecimento de energia elétrica		360.615	396.892
Câmara de Comercialização de Energia - CCEE		1.159	24.558
Outras receitas		-	128
Total da Receita Operacional Bruta reconhecida ao longo do tempo		361.774	421.578
(-) Deduções da receita líquida	(i)	(41.002)	(38.345)
Total da Receita Operacional Líquida reconhecida ao longo do tempo		320.772	383.233

As receitas da Companhia estão classificadas no segmento Renováveis, de acordo com os critérios estabelecidos pela Administração da Companhia e foram geradas, geograficamente, na região Sudeste.

i) Deduções da receita bruta

As deduções da receita bruta têm a seguinte composição por natureza de gasto:

	2018	2017 (Reclassificado)
Impostos e contribuições		
PIS	(6.005)	(5.594)
COFINS	(27.662)	(25.772)
Encargos Setoriais		
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(3.208)	(3.910)
Taxa de fiscalização serviço energia elétrica - TFSEE	(1.168)	(1.166)
Compensação Financeira Recursos Hídricos - CFURH	(2.959)	(1.903)
Total	(41.002)	(38.345)

ITAPEBI GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

18. CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
<u>Energia comprada para revenda</u>		
Energia adquirida no ambiente livre - ACL	(119.546)	(112.797)
Energia curto prazo - MRE	(15.186)	(14.261)
Energia curto prazo - PLD	854	(15.697)
Créditos de PIS e COFINS	11.706	8.765
Taxa CCEE	(152)	(217)
Total	<u>(122.324)</u>	<u>(134.207)</u>
<u>Encargos de uso dos sistemas de transmissão e distribuição</u>		
Encargos de rede básica	(16.713)	(16.466)
Total	<u>(16.713)</u>	<u>(16.466)</u>
Total de Custos com Energia Elétrica	<u><u>(139.037)</u></u>	<u><u>(150.673)</u></u>

19. CUSTO DE OPERAÇÃO E OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS

Os custos e as despesas operacionais têm a seguinte composição por natureza de gasto:

Custos/Despesas	Ref.	<u>2018</u>			<u>2017</u>
		Custos dos serviços	Despesas gerais e administrativas	Total	(Reclassificado) Total
Pessoal		(1.356)	(38.453)	(39.809)	(33.700)
Administradores		-	132	132	(2.579)
Material		(599)	(304)	(903)	(1.535)
Serviços de terceiros	(a)	(29.090)	(6.307)	(35.397)	(17.812)
Depreciação e amortização		(16.930)	(1.711)	(18.641)	(17.292)
Arrendamentos e aluguéis		(156)	(1.184)	(1.340)	(1.329)
Tributos		(24)	(246)	(270)	(345)
Provisões líquidas - contingências		-	(349)	(349)	(423)
Alienação/ Desativação de bens e direitos		-	(484)	(484)	-
Outras (despesas)/receitas operacionais		(3.045)	(863)	(4.392)	(3.738)
Total custos/despesas		<u>(51.200)</u>	<u>(49.769)</u>	<u>(100.969)</u>	<u>(78.753)</u>

(a) Em 2018 a Companhia efetuou uma provisão com serviços de terceiros no montante de R\$ 17.792 para gastos ambientais, vide nota 15.

ITAPEBI GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

20. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

Receitas Financeiras	2018	2017
Renda de aplicações financeiras	6.777	6.314
Variações monetárias e cambiais – Dívida (a)	73.675	40.180
Variações monetárias e cambial – Outras receitas (b)	337	-
Instrumentos financeiros derivativos	85.887	29.416
Atualização de depósitos judiciais	343	11
(-) PIS e COFINS sobre receita financeira	(1.143)	(1.307)
Atualização financeira mútuos	17.123	21.029
Total	182.999	95.643
Despesas Financeiras		
Encargos de dívidas	(21.033)	(16.493)
Variações monetárias e cambiais – Dívida (a)	(117.752)	(47.425)
Instrumentos financeiros derivativos	(54.343)	(37.818)
IOF	(175)	(631)
Encargos P&D/PEE	(472)	(633)
Atualização provisão para contingências	(1.077)	(448)
Outras despesas financeiras	(7.679)	(6.545)
Total	(202.531)	(111.102)
Resultado financeiro líquido	(19.532)	(15.459)
Resumo das variações monetárias e cambiais		
Empréstimos, financiamentos e debêntures (a)	(44.081)	(7.245)
Outros (b)	337	-
Total líquido	(43.744)	(7.245)

ITAPEBI GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

21. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia mantém operações comerciais com partes relacionadas pertencentes ao mesmo grupo econômico, cujos saldos e natureza das transações estão demonstrados a seguir:

COLIGADAS	Ref.	Ativo / Passivo		Receita / (Despesa)	
		2018	2017	2018	2017
Receita/ (Custo) de Energia Elétrica					
COELBA	(a)	-	-	-	116.281
NC ENERGIA	(b.1)	36.740	59.889	242.267	175.264
		36.740	59.889	241.395	291.545
Serviços Administrativos					
COELBA	(f)	(108)	(57)	(872)	(914)
NEOENERGIA OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO S.A	(b.3)	-	-	(2.024)	(1.989)
ELEKTRO O&M	(b.4)	-	(746)	(173)	(279)
NEOENERGIA S.A	(g)	(570)	1.935	(1.117)	(1.098)
		(678)	1.132	(4.186)	(4.280)
Uso e Conexão do Sistema de Transmissão (CUST) e (CTT)					
SE NARANDIBA			-	(4)	(3)
POTIGUAR SUL	(b.2)	(2)	(2)	(21)	(26)
AFLUENTE T	(b.2)	(2)	(1)	(21)	(26)
		(4)	(3)	(46)	(55)
Dividendos e JSCP					
NEOENERGIA S.A	(d)	(8.691)	-	-	-
TERMOPEERNAMBUCO S/A	(d)	(117.439)	(105.436)	-	-
		(126.130)	(105.436)	-	-
Empréstimos, Aplicação Financeira e Contrato de Mútuo					
NEOENERGIA S.A	(e)	996	141.889	750	11.359
GERAÇÃO CÉU AZUL	(c)	111.670	159.697	4.882	-
		112.666	301.596	5.632	11.359
TOTAL		22.594	257.178	242.795	298.174

As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão descritas a seguir:

- (a) Contratação Bilateral (Iniciais), aprovadas pela ANEEL, com vigência até abril de 2017. Os contratos são corrigidos anualmente pela variação do IGPM. (compra)
- (b) Referem-se aos itens relacionados abaixo:
 - (b.1) NC Energia - Contrato de compra e venda de energia elétrica, corrigido pela variação do IGP-M, juros de 1% a.a. e multa de 2%.
 - (b.2) Uso de rede - Contrato de uso de rede de transmissão com a Afluente Transmissão, SE Narandiba, Potiguar Sul.
 - (b.3) Neoenergia O & M - Refere-se ao serviço de Operação e Manutenção da UHE Itapebi.
 - (b.4) Elektro O & M - Refere-se ao serviço de Operação e Manutenção.
- (c) Refere-se ao contrato de mútuo firmado com a Geração Céu Azul, cujas condições estão descritas na nota 10.
- (d) Refere-se a dividendos intermediários declarados.
- (e) Refere-se ao contrato de mútuo firmado com a Neoenergia S.A, cujas condições estão descritas na nota 10 que foi liquidado em 2018 e cobrança de fee pelos avais dados pela Neoenergia em garantia de operações financeiras das empresas do Grupo. A cobrança incide sobre o saldo devedor da dívida que possui como garantia um aval da Neoenergia.

ITAPEBI GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

(f) Refere-se ao consumo próprio de energia.

(g) Refere-se ao aluguel com a Neoenergia S.A.

21.1 Remunerações da administração

Observado o regime de caixa, a AGO realizada em 11 de abril de 2018, aprovou o montante de até R\$ 249 de remuneração global anual aos administradores, como limite de remuneração a ser paga no exercício de 2018. Até dezembro, o montante pago foi de R\$ 92 (R\$ 1.856 em 31 de dezembro de 2017), incluídos neste montante os itens abaixo:

Composição da Remuneração da administração	2018	2017
Remuneração recorrente	92	1.062
Benefício de curto prazo	-	586
Benefício de longo prazo	-	208
Total	92	1.856

22. GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS

a) Considerações gerais e políticas internas

A gestão dos riscos financeiros da Companhia segue o proposto na Política de Riscos Financeiros e na Política de Risco de Crédito do Grupo Neoenergia aprovadas pelo Conselho de Administração, além dos demais normativos financeiros.

Dentre as diretrizes previstas nessas Políticas e normativos, destacam-se: proteção cambial da totalidade da dívida em moeda estrangeira; avaliação de *hedge* de taxa de juros de dívidas em moeda local; avaliação de *hedge* de desembolsos em moeda estrangeira; diversificação de instrumentos, prazos e contrapartes de dívida e alongamento do prazo médio de pagamento.

Além disso, a utilização de derivativos tem como propósito único a proteção e mitigação de riscos, de forma que é proibida a contratação de derivativos exóticos, alavancados ou com propósitos especulativos.

O monitoramento dos riscos é feito através de uma gestão de controles que tem como objetivo o acompanhamento contínuo das operações contratadas e do cumprimento dos limites de risco aprovados.

A Companhia está exposta a diversos riscos financeiros, dentre os quais se destacam os riscos de mercado, de crédito e de liquidez.

b) Gestão de risco de mercado

Risco cambial

A Companhia, visando assegurar que oscilações nas taxas de câmbio não afetem seu resultado e fluxo de caixa, possuía em 31 de dezembro de 2018, operações de *hedge* cambial, para a totalidade de suas dívidas em moeda estrangeira e para seus principais desembolsos e investimentos previstos em moeda estrangeira.

As estratégias de *hedge* cambial são descritas no item e) 'Informações complementares sobre os instrumentos derivativos'.

Risco de taxas de juros

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, tais como índices de preço, que impactem

ITAPEBI GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos ou rendimentos das aplicações financeiras.

A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas.

As estratégias de *hedge* de taxas de juros são descritas no item e) 'Informações complementares sobre os instrumentos derivativos'.

c) Gestão de risco de liquidez

O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade da Companhia não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A gestão financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, desconcentração de vencimentos, diversificação de instrumentos financeiros e o *hedge* da dívida em moeda estrangeira.

O permanente monitoramento do fluxo de caixa permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos, com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes.

Havendo sobras de caixa, são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes com o objetivo de preservar a liquidez da Companhia, de forma que as aplicações são alocadas preferencialmente em fundos exclusivos a empresas do Grupo Neoenergia e têm como diretriz alocar ao máximo os recursos em ativos com liquidez diária.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia mantinha um total de aplicações no curto prazo de R\$ 132.882 em fundos exclusivos.

A tabela a seguir demonstra o valor total dos fluxos de obrigações monetizáveis da Companhia, por faixa de vencimento, correspondente ao período remanescente contratual e utiliza para projeção do endividamento vigente em 31 de dezembro de 2018, as curvas *forwards* de mercado para os indexadores e moedas.

	<u>Valor Contábil</u>	<u>Fluxo de caixa contratual total</u>	<u>Até 6 meses</u>	<u>2019</u>	<u>2020</u>
Passivos financeiros não derivativos:					
Empréstimos e financiamentos	189.540	204.454	-	7.734	196.720
Debêntures	99.713	116.597	-	7.459	109.138
Fornecedores	9.578	9.578	9.578	-	-
Outros passivos financeiros					
Swap cambial e de taxa de juros	(31.804)	(37.371)	-	3.317	(40.688)

d) Gestão de risco de crédito

O risco de crédito refere-se à possibilidade da Companhia incorrer em perdas devido ao não cumprimento de obrigações e compromissos pelas contrapartes.

Risco de crédito junto a contrapartes comerciais

A principal exposição a crédito é oriunda da possibilidade das empresas do Grupo incorrerem em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados de suas contrapartes comerciais.

Para reduzir este risco e auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora o volume das contas a receber de clientes, solicita garantias e realiza diversas ações

ITAPEBI GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

de cobrança em conformidade com a regulamentação do setor para minimizar o risco de inadimplência.

Risco de crédito junto a instituições financeiras

Para as operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e derivativos, a Companhia segue as disposições da sua Política de Risco de Crédito que tem como objetivo a mitigação do risco através da diversificação junto às instituições financeiras e a utilização de instituições financeiras com boa qualidade de crédito.

É realizado ainda o acompanhamento da exposição com cada contraparte, sua qualidade de crédito e seus ratings de longo prazo publicados pelas agências de rating para as principais instituições financeiras com as quais a Companhia possui operações em aberto.

O quadro a seguir apresenta os ratings de longo prazo em escala nacional publicados pelas agências Moody's ou S&P para as principais instituições financeiras com as quais a Companhia mantinha operações em aberto em 31 de dezembro de 2018.

<u>Ratings de longo prazo em escala nacional¹</u>	<u>Moody's</u>	<u>S&P</u>	<u>Fitch</u>
Banco do Brasil	Aa1		AA
BNP Paribas		AAA	
Bradesco	Aa1	AAA	AAA
Caixa Econômica Federal	Aa1	AAA	AA
Citibank		AAA	AAA
Goldman Sachs			AAA
Itaú	A1	AAA	AAA
Santander	Aaa	AAA	
Morgan Stanley		AAA	
MUFG		AAA	
Votorantim	Aa3	AAA	

⁽¹⁾ Bank of America, HSBC, JP Morgan, Sumitomo e Scotiabank possuem ratings apenas em escala global

A seguir demonstramos a exposição total de crédito detida em ativos financeiros pela Companhia. Os montantes estão demonstrados em sua integralidade sem considerar nenhum saldo de provisão de redução para recuperabilidade do ativo.

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Mensurados pelo custo amortizado		
Contas a receber de clientes	38.676	113.691
Contas a receber operação de mútuo	111.670	301.596
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado		
Caixa e equivalentes de caixa	133.067	7.707

e) Informações complementares sobre os instrumentos derivativos

Em 31 de dezembro de 2018 não havia valor de margem depositado referente a posições com derivativos. As posições da carteira de derivativos descrita neste documento não tiveram custo inicial associado.

A Companhia possui instrumentos derivativos com objetivo de proteção econômica e financeira contra risco cambial, de juros e de índices de preços. O principal instrumento utilizado é swaps.

Todas as operações de derivativos dos programas de *hedge* estão detalhadas em quadro a seguir, que inclui, por contrato de derivativo, informações sobre tipo de instrumento, valor de referência (nominal), vencimento, valor justo incluindo risco de crédito e valores pagos/recebidos ou provisionados no exercício.

ITAPEBI GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

Com o objetivo de determinar a relação econômica entre o item protegido e o instrumento de *hedge*, a Companhia adota metodologia de teste de efetividade prospectivo através dos termos críticos do objeto e dos derivativos contratados com o intuito de concluir se há a expectativa de que mudanças nos fluxos de caixa do item objeto de *hedge* e do instrumento de *hedge* possam ser compensados mutuamente.

f) Programa de *hedge* dos empréstimos e financiamentos em Dólar

Com o objetivo de proteção econômica e financeira, a Companhia contrata operações de *swap* para converter para R\$ as dívidas e empréstimos denominados em US\$. Nestes *swaps*, a Companhia assume posição passiva em R\$ atrelado ao CDI e posição ativa em US\$ atrelado a taxas fixas ou flutuantes (Libor).

<u>Swap US\$ pré vs R\$ pós</u>	<u>Valor de referência</u>		<u>Vencimento (Ano)</u>	<u>Valor justo</u>		<u>Efeito acumulado</u>
	<u>2018</u>	<u>2017</u>		<u>2018</u>	<u>2017</u>	<u>Valor a receber/recebido ou a pagar/pago</u>
Ativo	48.451	246.684	2020	185.931	249.215	-
Passivo	152.390	252.187		(154.413)	(252.187)	-
Risco de crédito	-	-		286	70	-
Líquido				<u>31.804</u>	<u>(2.902)</u>	<u>34.706</u>

Tratamento contábil dos instrumentos derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos como ativos ou passivos no balanço patrimonial e mensurados a valor justo. Quando a transação for elegível e designada como *hedge accounting*, mudanças no valor justo dos derivativos são registradas como segue:

- (i) *Hedge* de valor justo: o ganho ou a perda resultante da nova mensuração dos instrumentos derivativos pelo valor justo são reconhecidos no resultado.
- (ii) *Hedge* de fluxo de caixa: as variações no valor justo dos instrumentos financeiros derivativos designados como *hedge* efetivo de fluxo de caixa tem seu componente eficaz registrado contabilmente no patrimônio líquido (outros resultados abrangentes) e o componente ineficaz registrado no resultado do exercício. Os valores registrados no patrimônio líquido somente são transferidos para resultado do exercício em conta apropriada (custo, despesa operacional ou despesa financeira) quando o item protegido for efetivamente realizado.

A Companhia documenta no início da operação de *hedge accounting*, a relação entre os instrumentos de *hedge* e os itens protegidos por *hedge*, com o objetivo de gestão de risco e a estratégica para a realização de operações de *hedge*. A Companhia também documenta, tanto no início quanto de forma contínua, sua avaliação de que os derivativos usados nas operações de *hedge* são altamente eficazes.

Instrumentos financeiros derivativos que não são designados como *hedge accounting* são qualificados como *hedge* econômico, e variações no seu valor justo são contabilizadas integralmente no resultado.

g) Análise de sensibilidade

Em atendimento à Instrução CVM nº 475 de 17 de dezembro de 2008, as análises a seguir estimam o valor potencial dos instrumentos em cenários hipotéticos de *stress* dos principais

ITAPEBI GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

fatores de risco de mercado que impactam cada uma das posições, mantendo-se todas as outras variáveis constantes.

- Cenário Provável: Foram projetados os encargos e rendimentos para o período seguinte, considerando os saldos, as taxas de câmbio e/ou taxas de juros vigentes ao final do período.
- Cenário II: Esta projeção foi majorada em 25% em relação ao cenário provável.
- Cenário III: Esta projeção foi majorada em 50% em relação ao cenário provável.

Para os rendimentos das aplicações financeiras, os cenários II e III consideram uma redução de 25% e 50%, respectivamente, em relação ao cenário provável.

Para a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos, a Companhia entende que há necessidade de considerar os passivos objetos de proteção, com exposição à flutuação das taxas de câmbio ou índices de preços e que encontram-se registrados no balanço patrimonial.

Como 100% das dívidas em moeda estrangeira estão protegidas por swaps, o risco de variação da taxa de câmbio do dólar é irrelevante, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Operação	Moeda	Risco	Cotação	Exposição (Saldo/Nacional)	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
Dívida em Dólar	Dólar(\$)	Alta do dólar	3,8748	(189.540)	(47.385)	(94.770)
Swap Ponta Ativa em Dólar				185.931	46.483	92.966
Exposição líquida				(3.609)	(902)	(1.804)

A tabela a seguir demonstra a perda (ganho) devido à variação das taxas de juros que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no período seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados:

Operação	Indexador	Risco	Taxa no período	Exposição (Saldo/Nacional)	Cenário Provável	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
ATIVOS FINANCEIROS							
Aplicações financeiras em CDI	CDI	Queda do CDI	6.40%	132.882	8.504	(2.126)	(4.252)
PASSIVOS FINANCEIROS							
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures							
Dívidas em CDI	CDI	Alta do CDI	6.40%	(100.085)	(7.366)	(1.842)	(3.683)
Swap Ponta Passiva em CDI	CDI	Alta do CDI	6.40%	(154.413)	(11.538)	(2.884)	(5.769)

23. ESTIMATIVA A VALOR JUSTO

Para a mensuração e determinação do valor justo, a Companhia utiliza vários métodos incluindo abordagens de mercado, de resultado e de custo amortizado, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo. Devido ao ciclo de curto prazo, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalente caixa, investimentos financeiros, contas a receber de clientes e contas a pagar a fornecedores estejam próximos aos seus valores contábeis.

Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo deverão ser classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

Nível 1 - Preços cotados sem ajustes em mercados ativos para instrumentos idênticos aos da Companhia;

ITAPEBI GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

Nível 2 – Preços cotados com ou sem ajustes para ativos ou passivos similares com informações direta ou indiretamente em mercados ativos, exceto preços cotados incluídos no nível anterior;

O quadro a seguir apresenta os valores contábil e justo dos instrumentos financeiros e outros ativos e passivos da Companhia, assim como seu nível de mensuração, em 31 de dezembro de 2018 e 2017:

		2018		2017	
		Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Ativos financeiros (Circulante / Não circulante)					
Mensurados pelo custo amortizado					
		150.346	150.346	415.287	415.287
Contas a receber de clientes	2	38.676	38.676	113.691	113.691
Contas a receber operação de mútuo	2	111.670	111.670	301.596	301.596
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado					
		165.516	165.516	18.874	18.874
Caixa e equivalentes de caixa	1	133.067	133.067	7.707	7.707
Swap de taxa de juros	2	32.449	32.449	11.167	11.167
Passivos financeiros (Circulante / Não circulante)					
Mensurado pelo custo amortizado					
		125.633	125.633	236.835	236.835
Fornecedores	2	9.578	9.578	63.107	63.107
Debêntures	2	99.713	99.713	157.952	157.952
Concessão do serviço público (Uso do Bem Público)	2	16.342	16.342	15.776	15.776
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado					
		190.185	190.185	263.027	263.027
Empréstimos e financiamentos	2	189.540	189.540	248.958	248.958
Swap de taxa de juros	2	645	645	14.069	14.069

Não houve transferências entre o Nível 1 e o Nível 2 durante o período findo em 31 de dezembro de 2018.

Métodos e técnicas de avaliação

A Companhia entende que valor justo de contas a receber e fornecedores, por possuir a maior parte dos seus vencimentos no curto prazo, já está refletido em seu valor contábil. Assim como para os títulos e valores mobiliários classificados como mantidos até o vencimento. Nesse caso a Companhia entende que o seu valor justo é similar ao valor contábil registrado, pois estes têm taxas de juros indexadas à curva DI (Depósitos Interfinanceiros) que reflete as variações das condições de mercado.

Os ativos financeiros classificados como mensurados a valor justo estão, em sua maioria, aplicados em fundos exclusivos, dessa forma o valor justo está refletido no valor da cota do fundo.

i) Empréstimos e financiamentos

Para os financiamentos classificados e mensurados ao custo amortizado, a Companhia entende que, por se tratarem de operações bilaterais e não possuírem mercado ativo nem outra fonte similar com condições comparáveis às já apresentadas e que possam ser parâmetro à determinação de seus valores justos, os valores contábeis refletem o valor justo das operações.

Para os empréstimos classificados como mensurados a valor justo a Companhia mensura o valor justo através do valor presente dos fluxos projetados considerando características contratuais de cada operação. A metodologia adotada consiste em calcular o valor presente dos fluxos futuros da dívida.

Para as dívidas em mercado de capital, os valores justos são mensurados baseados na abordagem de mercado e seus preços de referência estão disponíveis no mercado secundário.

ITAPEBI GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

ii) Instrumentos financeiros derivativos

Em virtude da reavaliação na metodologia para cálculo do MTM do Grupo Neoenergia, implementada em 2018, o valor presente passou a ser calculado por meio da utilização das curvas de 100% do cupom cambial para a ponta ativa e de 100% do DI futuro da BM&F para a ponta passiva. Até 31 de dezembro de 2017 era utilizada para esse cálculo uma taxa baseada no custo do CDI no início de cada operação. Essa mudança de estimativa contábil não produziu impacto relevante no período e o mesmo comportamento é esperado para períodos subsequentes.

24.SEGUROS

O Grupo mantém coberturas de seguros, compatíveis com os riscos das atividades desenvolvidas, que são julgadas suficientes pela Administração para salvaguardar os ativos e negócios de eventuais sinistros. A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros, de acordo com os corretores de seguros contratados pela Companhia estão demonstradas a seguir:

Riscos	Consolidado		
	Data da vigência	Importância Segurada (R\$)	Prêmio (R\$)
Responsabilidade Civil Geral – Operações	30/11/18 a 31/05/20	100.000	35
Veículos	31/05/18 a 31/05/19	100% FIPE	65
Risco Operacional - Subestações e Usinas	30/11/18 a 31/05/19	1.933.492	840

Os seguros do Grupo são contratados conforme as respectivas políticas de gerenciamento de riscos e seguros vigentes e dada a sua natureza não fazem parte do escopo dos nossos auditores independentes.

MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Hugo Renato Anacleto Nunes
Presidente

Titulares

Fabiano Uchoas Ribeiro
Leila Tatiana Prazeres Costa

DIRETORIA EXECUTIVA

Marcelo José Cavalcanti Lopes
Diretor Presidente

Mario José Ruiz-Tagle Larrain
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores
José Eduardo Pinheiro Santos Tanure
Diretor Regulação

Eduardo Capelastegui Saiz
Diretor de Planejamento e Controle

CONTADORA

Vivian Paim Lopes
CRC-RJ-Nº 104355/O-8